

SUPERMERCADO BAHAMAS S/A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

SUPERMERCADO BAHAMAS S/A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanços patrimoniais

QUADRO 2 – Demonstrações dos resultados dos exercícios

QUADRO 3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

QUADRO 4 – Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG – 2020/046

Aos

Acionistas e Administradores do

Supermercado Bahamas S/A.

Juiz de Fora - MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do **Supermercado Bahamas S/A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Supermercado Bahamas S/A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

- I. Em 2017, a Companhia impetrou mandado de segurança pleiteando à exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal (“ICMS”) das bases de cálculo da contribuição ao Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), que foi deferido em 1ª instância, carecendo, no entanto de análises e decisões de instâncias superiores, inclusive do devido trânsito em julgado. Tais créditos, ainda não foram homologados pela Receita Federal do Brasil. No entanto, a Companhia registrou no exercício corrente os créditos referentes aos exercícios de 2018 e 2019, no montante, líquido de impostos de R\$ 3.253 mil, utilizando como base para cálculo o valor do ICMS destacado nas notas de vendas. Com relação a este tema a NBC TG 25, que trata de provisões, ativos e passivos contingentes, determina que um ativo contingente só pode ser registrado se for praticamente certo a entrada do benefício econômico. No caso específico a Companhia registrou integralmente no resultado, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os valores, líquido de impostos, que a Administração entende como líquidos e certos, totalizando R\$3.253 mil, compensando a parcela referente aos créditos apurados em 2019, no montante, líquido de impostos, de R\$1.700 mil com as contribuições do ano corrente. O valor do crédito apurado referente ao exercício de 2018, no montante, líquido de impostos, de R\$1.554 mil está registrado no ativo como Impostos a Recuperar. Nosso entendimento, é que nesta situação a Companhia deve utilizar, como base para registro do indébito, o valor do ICMS pago mantendo a diferença apurada entre o valor do ICMS pago e o destacado, nas notas fiscais de vendas, no passivo, e, que, também, deve registrar contra Lucros Acumulados, o valor referente aos créditos apurados em 2018.

Consequentemente, não nos foi possível apurar a diferença entre o valor, referente ao cálculo do ICMS, considerando como base o valor destacado nas notas fiscais de vendas e aqueles efetivamente pagos para validação dos efeitos no ativo, passivo, resultado e patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, o montante de R\$2.354 mil, referente ao crédito que a Administração entende como líquido e certo, referente ao exercício de 2018, deve ser registrado contra lucros acumulados. Sendo assim, o resultado do exercício está a maior naquele montante, em 31 de dezembro de 2019.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **Supermercado Bahamas S/A.** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de março de 2020.


Gilberto Galinkin

Contador CRC MG - 035.718/O-8

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes

CRC MG - 005.455/O-1

QUADRO 1**SUPERMERCADO BAHAMAS S/A.****BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em R\$ mil)**

| ATIVO | Notas explicativas | 2019 | 2018 |
|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------|-----------------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 172.148 | 53.040 |
| Cartões a receber diversos | 7 | 111.256 | 103.931 |
| Contas a receber diversos | 8 | 65.244 | 48.955 |
| Impostos a recuperar | 9 | 3.446 | 339 |
| Adiantamentos diversos | 10 | 2.169 | 6.813 |
| Estoques | 11 | 213.429 | 205.381 |
| | | <u>567.692</u> | <u>418.459</u> |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | | |
| Depósitos judiciais | 12 | 5.793 | 4.935 |
| Títulos de capitalização | 13 | 150 | 256 |
| | | <u>5.943</u> | <u>5.191</u> |
| Ativo de direito de uso | 14 | 410.374 | - |
| Investimento | 15 | 3.918 | 3.918 |
| Imobilizado líquido | 16 | 244.667 | 205.023 |
| | | <u>658.959</u> | <u>208.941</u> |
| TOTAL DO ATIVO | | <u><u>1.232.594</u></u> | <u><u>632.591</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 1 (Página 2)

SUPERMERCADO BAHAMAS S/A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em R\$ mil)

| PASSIVO | Notas explicativas | 2019 | 2018 |
|--|-----------------------|-------------------------|-----------------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | 88.148 | 52.566 |
| Fornecedores | 18 | 229.261 | 225.260 |
| Impostos e contribuições a recolher | 19 | 9.841 | 8.262 |
| Obrigações sociais e contribuições previdenciárias | 20 | 20.581 | 13.586 |
| Provisão de férias e encargos | 21 | 16.863 | 15.289 |
| Passivos de arrendamento | 22 | 42.822 | - |
| Debêntures | 24 | 34.780 | - |
| Outras contas a pagar | 23 | 2.343 | 447 |
| | | <u>444.639</u> | <u>315.410</u> |
| NÃO-CIRCULANTE | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | 52.572 | 112.375 |
| Passivos de arrendamento | 22 | 373.866 | - |
| Debêntures | 24 | 165.220 | - |
| Provisão para riscos judiciais | 25 | 1.836 | 857 |
| | | <u>593.494</u> | <u>113.232</u> |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Capital social | 26 | 100.000 | 59.742 |
| Reserva legal | | 7.601 | 6.575 |
| Reserva de lucros | | 86.860 | 137.632 |
| | | <u>194.461</u> | <u>203.949</u> |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | <u><u>1.232.594</u></u> | <u><u>632.591</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

SUPERMERCADO BAHAMAS S/A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em R\$ mil)

| | Notas Explicativas | 2019 | 2018 |
|--|-----------------------|--------------------|--------------------|
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 28 | 2.432.833 | 2.242.889 |
| Custo das mercadorias vendidas | 29 | (1.942.894) | (1.778.020) |
| | | <u>(1.942.894)</u> | <u>(1.778.020)</u> |
| LUCRO BRUTO | | 489.939 | 464.869 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | | | |
| Despesas administrativas | 30 | (23.250) | (78.410) |
| Despesas trabalhistas | 30 | (244.795) | (221.589) |
| Despesas tributárias | 30 | (8.942) | (9.203) |
| Despesas comerciais e operacionais | 30 | (197.092) | (120.200) |
| Despesas não dedutíveis | 30 | (71.534) | (1.105) |
| Outras receitas operacionais | 30 | 96.878 | 13.871 |
| | | <u>(448.735)</u> | <u>(416.636)</u> |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO FINANCEIRO | | 41.204 | 48.233 |
| RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO | 31 | 7.151 | 8.382 |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS TRIBUTAÇÕES | | 48.355 | 56.615 |
| IRPJ | 27 | (11.165) | (11.257) |
| CSLL | 27 | (4.028) | (4.061) |
| | | <u>(15.193)</u> | <u>(15.318)</u> |
| RESULTADOS SEM OS JUROS S/ CAPITAL PRÓPRIO | | 33.162 | 41.297 |
| Juros sobre capital próprio | 34 | (12.650) | (13.015) |
| LUCROS DOS EXERCÍCIOS | | 20.512 | 28.282 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

SUPERMERCADO BAHAMAS S/A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em R\$ mil)

| | Capital Social | Reserva Legal | Reserva de Lucros | Lucros Acumulados | Total |
|---|----------------|---------------|-------------------|-------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 59.742 | 5.161 | 128.964 | - | 193.867 |
| Resultado sem os juros sobre capital | - | - | - | 41.297 | 41.297 |
| Juros sobre capital próprio | | | | | |
| Juros sobre capital próprio | - | - | - | (13.015) | (13.015) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 28.282 | 28.282 |
| Destinações | | | | | |
| Distribuição aos sócios | - | - | (18.200) | - | (18.200) |
| Constituição reserva legal | - | 1.414 | - | (1.414) | - |
| Constituição reservas de lucros | - | - | 26.868 | (26.868) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 59.742 | 6.575 | 137.632 | - | 203.949 |
| Resultado sem os juros sobre capital | - | - | - | 7.862 | 7.862 |
| Juros sobre capital próprio | | | | | |
| Juros sobre capital próprio | - | - | - | (12.650) | (12.650) |
| Integralização de capital | 40.258 | - | (40.258) | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 20.512 | 20.512 |
| Destinações | | | | | |
| Distribuição aos sócios | - | - | (30.000) | - | (30.000) |
| Constituição reserva legal | - | 1.026 | - | (1.026) | - |
| Constituição reservas de lucros | - | - | 19.486 | (19.486) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 100.000 | 7.601 | 86.860 | - | 194.461 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

SUPERMERCADO BAHAMAS S/A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em R\$ mil)**

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|---|-----------------|-----------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Resultato sem os juros de capital próprio | 33.162 | 41.297 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com os | | |
| Depreciação | 75.304 | 25.196 |
| Resultado venda de imobilizado | (29.868) | (8.092) |
| Crédito sobre recuperação de PIS/COFINS | (2.352) | - |
| Juros e efeitos líquidos s/direito de uso - IFRS16 | (15.944) | - |
| Registro do valor da venda do imóvel | (18.000) | - |
| Variações nos Ativos | | |
| (Aumento) Redução em cartões a receber diversos | (7.325) | (13.120) |
| (Aumento) Redução contas a receber diversos | (16.289) | 31.142 |
| (Aumento) Redução impostos a recuperar | (755) | 237 |
| (Aumento) Redução adiantamentos diversos | 4.644 | (4.279) |
| (Aumento) Redução estoques | (8.048) | (2.387) |
| (Aumento) Redução depósitos judiciais | (858) | (310) |
| Variações nos Passivos | | |
| Aumento (Redução) em fornecedores | 4.001 | (10.678) |
| Aumento (Redução) em impostos e contribuições a recolher | 1.579 | 694 |
| Aumento (Redução) em obrigações sociais e contribuições | 6.995 | 516 |
| Aumento (Redução) em provisão de férias e encargos | 1.574 | 1.350 |
| Aumento (Redução) em parcelamento especial | - | (3.473) |
| Aumento (Redução) em outras contas a pagar | 1.896 | (1.150) |
| Aumento (Redução) em provisão para riscos judiciais | 979 | 144 |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | <u>30.695</u> | <u>57.087</u> |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | |
| Aumento (Redução) ao imobilizado | (90.114) | (100.167) |
| Recebimento pela venda de ativo imobilizado | 5.034 | 30.993 |
| Adição de títulos de capitalização e consórcios | 106 | 527 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | <u>(84.974)</u> | <u>(68.647)</u> |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | | |
| Captação de debêntures | 200.000 | - |
| Integralização de capital | 40.258 | - |
| Adição em empréstimos e financiamentos | 375.931 | 211.166 |
| Amortização de principal | (389.027) | (139.593) |
| Amortização de juros | (11.125) | (10.760) |
| Distribuição de dividendos | (30.000) | (18.200) |
| Juros sobre capital próprio | (12.650) | (13.015) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | <u>173.387</u> | <u>29.598</u> |
| Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa | <u>119.108</u> | <u>18.038</u> |
| Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 53.040 | 35.002 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 172.148 | 53.040 |
| Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa | <u>119.108</u> | <u>18.038</u> |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Supermercado Bahamas S.A.** é uma Companhia constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Juiz de Fora – MG, subdividida em 58 operacionais, tendo como principais atividades: comércio varejista e atacadista em geral, com predominância de produtos alimentícios.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia aprimora constantemente suas práticas de governança corporativa. A administração entende que o bom relacionamento com seus clientes e fornecedores contribui para melhorar não apenas a imagem da Companhia, mas também seu desempenho operacional. Em linha com as boas práticas de governança corporativa, a Companhia preza pela qualidade das informações levadas ao mercado, privilegiando a transparência e tornando mais robusto e efetivo o relacionamento com partes relacionadas dentro da sua área de atuação.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto a determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas em suas respectivas notas explicativas.

A Administração da Companhia, também, aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas na gestão do negócio.

Este é o primeiro ano de demonstrações financeiras anuais, que a Companhia aplicou a NBC TG 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos. As mudanças relacionadas a adoção desta norma estão descritas na Nota Explicativa 4.k

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 01 de fevereiro de 2020.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Receita de vendas e os correspondentes custos são registrados como segue, em função dos negócios da Companhia, considerando o seguinte: (i) A receita de venda é reconhecida quando da emissão do cupom fiscal de vendas ou da nota fiscal de vendas; (ii) a receita relacionada à venda de bens do ativo imobilizado é reconhecida quando da emissão da nota fiscal; (iii) as demais receitas de produtos e serviços são reconhecidas quando da entrega dos produtos ou da efetiva prestação dos serviços aos clientes.

b) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para devedores duvidosos, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Abrangem numerários em espécie e contas bancárias disponíveis. Equivalentes de Caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de noventa dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrado pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superior ao valor de mercado.

d) Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

As operações são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com a estratégia previamente aprovada pela Diretoria. Essas operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

a. Risco de Taxa de Câmbio

O Supermercado Bahamas não tem contratos vinculados a variações cambiais.

b. Risco de Taxa de Juros e Atualização Monetária

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados a taxa de juros flutuantes.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber.

Os reajustes dos preços praticados não acompanham necessariamente os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Como forma de minimizar os efeitos das taxas de juros, a Companhia busca cumprir todas as suas obrigações no prazo acordado. Os riscos decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados são minimizados por meio de negociações de taxas de juros pré-fixadas.

c. Risco de Crédito

As políticas de vendas do Supermercado Bahamas Ltda. estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A política de concessão de créditos aos clientes é constantemente atualizada. A Companhia também contrata os serviços de escritórios especializados em cobrança, para gerir a carteira de inadimplentes. Revê, ainda, periodicamente, suas políticas de negociação com os inadimplentes, de forma a ampliar as possibilidades de quitação da dívida e, ao mesmo tempo, controlar possíveis atos de má-fé por parte dos seus clientes.

d. Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos, o qual não está protegido por instrumentos financeiros derivativos de hedge.

A administração entende que os riscos são insignificantes já que as operações contratadas com taxas fixas e de médio prazo e que representam pouco impacto no resultado operacional dos negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a:

- Caixa e equivalentes de caixa - (nota explicativa nº 6);
- Cartões a receber de clientes - (nota explicativa nº 7);
- Fornecedores - (nota explicativa nº 18);
- Empréstimos e financiamentos - (nota explicativa nº 17); e
- Operações com debêntures – (nota explicativa nº 24).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

Quando ocorrer ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o regime de competência.

Nova classificação

Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros, uma vez que a NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado.

Com relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (NBC TG 39/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Companhia não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto.

e) Estoques

Os estoques estão avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem de valor recuperável líquido dos impostos sobre a venda.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na **Nota Explicativa de nº 16** e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo em separado, conforme apropriado, somente quando esses ativos aumentam a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros do item do ativo imobilizado a eles incorporados, não superando seu valor recuperável e que possam ser medidos de forma confiável. Entende-se como valor recuperável o maior valor entre o valor de uso e o valor justo do item do ativo imobilizado. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem.

Os bens que compõem o ativo imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

g) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

j) Empréstimos e Financiamentos

Estão atualizados pelas variações monetárias e juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Os custos de transação incorridos registrados são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa de juros efetiva.

k) Alterações e interpretações de normas - Arrendamento mercantil – NBC TG 06 (R2)/IFRS 16

A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como “arrendamento”.

A Companhia atua como “arrendatária” nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) **ativos de direito de uso** que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; ii) **passivos de arrendamento** que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data em que o bem já pode ser utilizado, coincidindo, normalmente, com o início da vigência do período contratual de arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros que serão realizados durante o período estimado para vigência dessa operação, os quais devem estar líquidos de desembolsos variáveis vinculados a um índice ou taxa bem como valores a serem pagos sob garantias de valor residual.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus contratos cuja vigência seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

5. CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| Descrição | 2019 | 2018 |
|------------------------|----------------|---------------|
| Caixa | 27.335 | 13.293 |
| Bancos | 138.337 | 10.525 |
| Aplicações Financeiras | 6.476 | 29.222 |
| Total | 172.148 | 53.040 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

7. CARTÕES A RECEBER DIVERSOS

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--|----------------|----------------|
| Cartão Elo Credito | 4.913 | 2.970 |
| Cielo S.A - Elo Debito | 895 | 723 |
| Cielo S.A - Maestro Debito | 1.244 | 1.209 |
| Ticket Alimentação Eletrônico | 3.608 | 4.447 |
| Cielo S.A | 70.057 | 64.695 |
| Vale Mais Emporio Card S.A | 2 | 15 |
| Cia Brasileira De Solucoes - Alelo | 6.299 | 6.326 |
| Btr Administradora De Cartões Ltda | 11.364 | 10.728 |
| Diners | - | 41 |
| Good Vale | 26 | 91 |
| Sodexo Pass Do Brasil Serviços E Comercio S.A | 4.545 | 5.390 |
| Valecard - Trivale Administração Ltda | 1.633 | 1.427 |
| Cabal Brasil | 2.514 | 1.450 |
| Policard | 1.522 | 1.843 |
| Bigcard Administradora De Convênios E Serviços | 621 | 1.295 |
| Hipercard | 85 | 100 |
| Smartnet VR Alimentação | 602 | 664 |
| Verocard | 472 | 471 |
| Btr Administradora De Cartões Ltda - Alimentação | 91 | 32 |
| Lecard | 191 | 14 |
| Green Card | 242 | - |
| Vegas Card | 55 | - |
| Bem Card | 275 | - |
| Total | 111.256 | 103.931 |

8. CONTAS A RECEBER DIVERSOS

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| CIRCULANTE | | |
| Fornecedores - Valores a Reembolsar | 10 | 79 |
| Cheques a recuperar | 21 | 42 |
| Imóveis a receber | 47.000 | 45.533 |
| Fornecedores - Devoluções a receber | 5.445 | 3.236 |
| Outras contas a receber | 65 | 65 |
| Contas a Receber - Verbas Comerciais | 12.703 | - |
| Total | 65.244 | 48.955 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

| Descrição | 2019 | 2018 |
|------------------------------|--------------|------------|
| Icms ST a Recuperar | - | - |
| Parcelamentos Federais | 114 | 114 |
| Icms a Recuperar | 169 | 163 |
| PIS a Recuperar | 420 | - |
| COFINS a Recuperar | 1.934 | - |
| IRF a Recuperar | 244 | - |
| INSS a Recuperar | 43 | - |
| Icms Cred Transf a Recuperar | 522 | 18 |
| Outros Impostos a Recuperar | - | 44 |
| Total | 3.446 | 339 |

10. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

| Descrição | 2019 | 2018 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
| Adiantamento para importação | - | - |
| Adiantamento a fornecedores | 201 | - |
| Adiantamento de férias | 3 | 1.318 |
| Adiantamentos JFDCAM | - | 3.663 |
| Adiantamento Rio Por | 731 | 1.205 |
| Adiantamentos Financ e Ctas a Pg. | 1.234 | 627 |
| Total | 2.169 | 6.813 |

11. ESTOQUES

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---------------------------|----------------|----------------|
| Mercadorias para revenda | 213.373 | 204.904 |
| Mercadorias a classificar | 56 | 477 |
| Total | 213.429 | 205.381 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os saldos de depósitos judiciais relacionados a contingências com grau de risco de perda possível e remoto estão a seguir demonstrados:

| <u>Descrição</u> | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|-------------------------|--------------|--------------|
| FAP/SAT | 4.458 | 4.458 |
| Depósito em Consignação | 133 | 133 |
| Outros | 1.202 | 344 |
| Total | 5.793 | 4.935 |

13. TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO E OUTROS

| <u>Descrição</u> | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|--------------------------|-------------|-------------|
| Títulos de capitalização | 150 | 20 |
| Consórcios | - | 236 |
| Total | 150 | 256 |

14. ATIVO DE DIREITO DE USO

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A NBC TG 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A Companhia adotou a NBC TG 06 (R2) usando uma abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme a NBC TG 06(R1) e ICPC 03, vigentes até 31 de dezembro de 2018. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

Os principais impactos da adoção inicial da NBC TG 06 (R2) nas demonstrações financeiras para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019 são apresentados a seguir:

| | Taxa de depreciação a.a. (%) | 2019 | | 2018 |
|---|------------------------------|----------------|-----------------------|----------------|
| | | Custo | Depreciação acumulada | Líquido |
| Ativo Imobilizado Direito de Uso | | | | - |
| Imobilizado - Direito de Uso Imóveis | | 455.528 | (46.343) | 409.183 |
| Imobilizado - Direito de Uso Maquinas e Equip | | 1.232 | (41) | 1.191 |
| Total | | 456.758 | (46.384) | 410.374 |

15. INVESTIMENTO

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---|--------------|--------------|
| Investimento - BPS AIR Gestão de Negócios | 30 | 30 |
| Provisão perda de investimentos | (30) | (30) |
| Subtotal | - | - |
| AFAC - BPS AIR Gestão de Negócios | 3.918 | 3.918 |
| Subtotal | 3.918 | 3.918 |
| Total | 3.918 | 3.918 |

16. IMOBILIZADO LÍQUIDO

a) O ativo imobilizado apresenta a seguinte composição:

O ativo imobilizado da Companhia é empregado exclusivamente nas operações relacionadas ao comércio atacadista e varejista dos produtos adquiridos, serviços de logística de distribuição de mercadorias e demais atividades descritas no contexto operacional.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

| | Taxa de depreciação a.a. (%) | 2019 | | 2018 |
|---------------------------|------------------------------|----------------|-----------------------|----------------|
| | | Custo | Depreciação acumulada | Líquido |
| Edificações | 1-4 | 2.005 | - | 2.005 |
| Benfeitorias de terceiros | 10 | 147.569 | (32.157) | 115.412 |
| Veículos | 10 | 20.135 | (17.157) | 2.978 |
| Aeronaves | 10 | 5.051 | (3.998) | 1.053 |
| Móveis e utensílios | 10 | 3.577 | (3.203) | 374 |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 4.648 | (4.160) | 488 |
| Instalações Comerciais | 10 | 197.199 | (83.631) | 113.568 |
| Informática Hardware | 20 | 29.404 | (20.615) | 8.789 |
| Total | | 409.588 | (164.921) | 244.667 |
| | | | | 205.023 |

- b) A depreciação acumulada registrada nos exercícios de 2019 e 2018 no resultado operacional pode ser assim demonstrada:

| Depreciação | 2019 | 2018 |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Despesa com depreciação e amortização | 75.304 | 25.196 |
| Total | 75.304 | 25.196 |

Redução do valor recuperável

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado periodicamente, caso haja indicadores de perda de valor, conforme determina a NBC TG 01, que requer que os ativos sejam registrados por valor passível de ser recuperado por uso ou por venda.

- c) Em atendimento à NBC TG 27 que trata do Ativo Imobilizado, segue demonstrativo da movimentação do custo do ativo imobilizado ocorrida em 2019 e 2018:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

| DESCRIÇÃO | 31/12/2018 | ADIÇÕES | BAIXAS | 31/12/2019 |
|---------------------------|----------------|---------------|---------------|----------------|
| Terrenos | - | - | - | - |
| Edificações | - | 14.006 | 12.000 | 2.006 |
| Benfeitorias de terceiros | 113.522 | 34.327 | 281 | 147.568 |
| Veículos | 20.049 | 565 | 479 | 20.135 |
| Aeronaves | 5.051 | - | - | 5.051 |
| Móveis e utensílios | 3.308 | 269 | - | 3.577 |
| Maquinas e equipamentos | 4.648 | - | - | 4.648 |
| Instalações comerciais | 166.547 | 36.893 | 6.241 | 197.199 |
| Informática Hardware | 25.356 | 4.054 | 6 | 29.404 |
| TOTAL | 338.481 | 90.114 | 19.007 | 409.588 |

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os valores constantes nesta rubrica se referem: (1) contratos de capital de giro captados, (2) leasings financeiros e (3) finames, que podem ser assim representados:

| Instituição Financeira | 2019 | | 2018 | |
|------------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| Banco do Brasil | 26.050 | 6.458 | 18.761 | 34.221 |
| Banco Bradesco | 24.466 | 17.773 | 20.653 | 19.420 |
| Banco Itaú S/A. | 7.506 | 13.562 | 3.428 | 21.012 |
| Banco Santander | 12.989 | 5.071 | 14.594 | 8.060 |
| Banco Safra | 8.017 | 5.107 | 69 | 15.000 |
| Banco Alfa | 12.680 | - | 2.750 | 12.100 |
| Banco Mercedes | 793 | 1.965 | 652 | 2.562 |
| Banco BDMG | 613 | 6.065 | | |
| Consortio a PG - | 392 | 809 | | |
| Juros s/ Empréstimos | (5.358) | (4.238) | (8.341) | - |
| Total | 88.148 | 52.572 | 52.566 | 112.375 |

Garantias:

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais dos diretores, hipotecas, notas promissórias e duplicatas mercantis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

18. FORNECEDORES

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--------------|----------------|----------------|
| Fornecedores | 229.261 | 225.260 |
| Total | 229.261 | 225.260 |

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os Impostos e Contribuições a Recolher podem ser assim demonstrados:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--------------------|--------------|--------------|
| PIS a Recolher | 406 | 779 |
| COFINS a Recolher | 1.921 | 3.628 |
| CSLL a Recolher | 1.203 | 449 |
| ICMS a Recolher | 2.058 | 1.716 |
| ICMS ST a Recolher | 24 | 3 |
| IRF a Recolher | 846 | 546 |
| IRPJ a Recolher | 3.220 | 972 |
| ISSQN a Recolher | 163 | 169 |
| Total | 9.841 | 8.262 |

20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

As Obrigações Sociais e Previdenciárias podem ser assim demonstradas:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|------------------------------|---------------|---------------|
| Ordenados e Salários a Pagar | 5.457 | 4.903 |
| Pensão Alimentícia a Pagar | 54 | 54 |
| Liq Rescisão a Pagar | 115 | 57 |
| Retirada Pro-Labore a Pagar | 4 | 5 |
| Lucros a pagar | 9.481 | 3.204 |
| INSS a Recolher | 4.254 | 3.881 |
| FGTS a Recolher | 952 | 1.211 |
| Contrib Sindical a Recolher | 80 | 63 |
| CSRF a Recolher | 59 | 61 |
| INSS Retido a Recolher | 125 | 147 |
| Total | 20.581 | 13.586 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)

21. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS

A Provisão de Férias e Encargos estão assim demonstrados:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--|---------------|---------------|
| Provisão de Férias a pagar | 12.294 | 11.202 |
| INSS s/Férias Provisionadas a Recolher | 3.506 | 3.199 |
| FGTS s/Férias Provisionadas a Recolher | 1.063 | 888 |
| Total | 16.863 | 15.289 |

22. PASSIVO DE ARRENDAMENTO A PAGAR - DIREITO DE USO – NBC TG 06 (R2) / IFRS16

A Companhia arrenda, substancialmente, imóveis / máquinas / equipamentos utilizados em suas atividades operacionais, onde a vigência dos contratos tem média equivalente a 60 meses (5 anos). Esses contratos são anualmente corrigidos pelos índices acordados entre as partes (IGPM, INCC, etc) para que possam refletir os seus valores de mercado. As taxas apuradas para realização da mensuração do valor presente desses contratos foram apuradas com base em juros livres de risco observados no mercado brasileiro.

| Parcelamentos | 2019 | | 2018 | |
|-----------------------------------|---------------|----------------|-------------|-------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo | Curto Prazo | Longo Prazo |
| Direito de Uso a Pagar - Arrendam | 65.180 | 465.819 | - | - |
| (-) Juros s/Direito de Uso | (22.358) | (91.953) | | |
| Total | 42.822 | 373.866 | - | - |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

23. OUTRAS CONTAS A PAGAR

As Outras Contas a Pagar podem ser assim demonstradas:

| <u>Descrição</u> | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|-------------------------------|--------------|-------------|
| Associações de Classe a Pagar | 158 | 169 |
| Troco Solidario a Depositatar | 53 | 50 |
| Convenio Unimed a Pagar | 141 | - |
| Outras Contas a Pagar | 1.991 | 228 |
| Total | 2.343 | 447 |

24. OPERAÇÃO DE DEBÊNTURES

A Operação de Debêntures segue assim demonstradas:

| <u>Descrição</u> | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|--------------------------------|----------------|-------------|
| Circulante | | |
| Operação de Debêntures a Pagar | 34.780 | - |
| Não Circulante | | |
| Operação de Debêntures a Pagar | 165.220 | - |
| Total | 200.000 | - |

Data de Emissão: a data de emissão das Debêntures ocorreu do dia 30 de outubro de 2019.

Conversibilidade: As Debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão da emissora.

Espécie: As Debêntures são da espécie com garantia real e com garantia adicional fiduciária.

Tipo, Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures: As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista.

Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão prazo de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, de forma que vencerão no dia 30 de outubro de 2025 (“**Data de Vencimento**”), ressalvadas as Hipóteses de resgate antecipado da totalidade das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão;

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures são de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão;

Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures:
O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente;

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumuladas das taxas médias diárias DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo (“Taxa DI”), acrescida de uma sobretaxa 2,1% ao ano (“Remuneração”).

25. PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS

As Provisões e Contingências podem ser assim demonstradas:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|-----------------------------------|--------------|------------|
| Prov P/Contingências Trabalhistas | 1.606 | 712 |
| Prov P/Contingências Cíveis | 230 | 145 |
| Total | 1.836 | 857 |

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital Social é de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) e está representado por 99.999.986 ações ordinárias e 14 ações preferenciais, todas nominativas.

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, controlado integralmente por investidores brasileiros, é representado por ações no valor de R\$1,00 (um real), demonstrado como segue:

| Descrição | 2019 em R\$ | 2018 em R\$ |
|---------------------|--------------------|-------------------|
| Ações Ordinárias | 99.999.986 | 59.741.986 |
| Ações Preferenciais | 14 | 14 |
| Total | 100.000.000 | 59.742.000 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

b) Reserva legal

Em cumprimento as obrigações estatutárias a reserva legal foi constituída ao percentual de 5% do lucro líquido quando apurado até o limite de 20% do Capital Social.

| Descrição | 2019 em R\$ | 2018 em R\$ |
|---------------|--------------|--------------|
| Reserva Legal | 7.601 | 6.575 |
| | - | - |
| Total | 7.601 | 6.575 |

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia vem provisionando as parcelas para o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro, mensalmente, obedecendo ao regime de competência. A composição da despesa com o Imposto de Renda e a Contribuição Social em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--|-----------------|-----------------|
| Resultado do exercício antes das tributações | 35.705 | 43.600 |
| Participações e Contribuições | - | - |
| Adições - Efeitos IFRS 16 | 69.660 | - |
| Outras Adições | 2.367 | 1.524 |
| Exclusões - Efeitos IFRS 16 | (62.154) | - |
| Lucro Real Tributável | 45.578 | 45.124 |
| Despesa Tributária conforme DRE | | |
| Imposto de Renda da PJ | (11.165) | (11.257) |
| Contribuição Social s/Lucro Líquido | (4.028) | (4.061) |
| Total | (15.193) | (15.318) |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A principal receita da Companhia é a com revenda de mercadorias, conforme demonstrado a seguir líquidas de devoluções, descontos concedidos e impostos incidentes:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Revenda de Mercadorias | 2.564.521 | 2.401.825 |
| Prestação de Serviço | 4.477 | 3.658 |
| Devoluções de vendas | (4.388) | (3.666) |
| ICMS sobre Vendas | (44.381) | (71.879) |
| PIS Faturamento | (15.508) | (15.450) |
| COFINS Faturamento | (71.888) | (71.599) |
| ISSQN | - | - |
| Total | <u>2.432.833</u> | <u>2.242.889</u> |

29. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

| Descrição | 2019 | 2018 |
|-----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Custo da Mercadoria Vendida | 1.942.894 | 1.778.020 |
| Total | <u>1.942.894</u> | <u>1.778.020</u> |

30. DESPESAS OPERACIONAIS

A administração das despesas administrativas e gerais da Companhia é efetuada por meio dos seguintes segmentos:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Despesas administrativas | (23.250) | (78.410) |
| Despesas trabalhistas | (244.795) | (221.589) |
| Despesas tributárias | (8.942) | (9.203) |
| Despesas comerciais e operacionais | (197.092) | (120.200) |
| Despesas não dedutíveis | (71.534) | (1.105) |
| Outras receitas operacionais | 96.878 | 13.871 |
| Total | <u>(448.735)</u> | <u>(416.636)</u> |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes saldos relacionados às despesas operacionais:

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| Despesas administrativas | | |
| Honorários serviços de terceiros | (12.433) | (3.471) |
| Despesa com viagens | (1.783) | (1.509) |
| Indenizações judiciais | (1.979) | (2.254) |
| Outras despesas operacionais | (7.055) | (71.176) |
| | (23.250) | (78.410) |
| Despesas com pessoal | | |
| Remuneração | (187.241) | (169.061) |
| Encargos e provisões | (57.554) | (52.528) |
| | (244.795) | (221.589) |
| Despesas tributárias | | |
| Impostos e taxas | (8.942) | (9.203) |
| | (8.942) | (9.203) |
| Despesas comerciais e operacionais | | |
| Aluguéis Condomínios Comerciais | (63.588) | (62.495) |
| Despesas Operacionais | (1.183) | - |
| Publicidade e Marketing | (24.779) | (21.470) |
| Transporte e Logística | (19.134) | (16.549) |
| Manutenção Eletro Mecânica | (2.663) | - |
| Manutenção e informática | (6.002) | (6.195) |
| Manutenção Civil | (4.631) | - |
| Suprimentos e Conservação | (14.976) | (14.826) |
| Manutenção Elétrica | (31.175) | - |
| Depreciações e Amortizações | (28.961) | - |
| Outras despesa Comerciais e Operacionais | - | (6.630) |
| | (197.092) | (128.165) |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

| Descrição | 2019 | 2018 |
|---|-----------------|----------------|
| Despesas não dedutíveis | | |
| Provisão para riscos trabalhistas | (594) | (122) |
| Provisão para riscos Cíveis e Comerciais | (85) | (22) |
| Despesas Depreciação - IFRS16 | (46.343) | - |
| Juros s/Direito de Uso - IFRS | (23.317) | - |
| Multas | (169) | (143) |
| Outras Despesas Indedutíveis | (35) | - |
| Despesas compartilhadas | (691) | (818) |
| | (71.234) | (1.105) |
| Outras receitas e despesas operacionais | | |
| Recuperação de despesas | 4.095 | 5.089 |
| Recuperação salário maternidade | 492 | 419 |
| Recuperação do PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador | 269 | 271 |
| Receita sobre a venda de imobilizado | 29.868 | 8.092 |
| Recuperação Prest.Arrend IFRS16 | 62.154 | - |
| | 96.878 | 13.871 |

31. Resultado Financeiro Líquido

| Descrição | 2019 | 2018 |
|--|-----------------|-----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Renda aplicações financeiras | 1.744 | 941 |
| Descontos obtidos | 43.373 | 41.943 |
| Juros Ativos | 54 | 28 |
| Variação cambial ativa | 451 | 251 |
| | 45.622 | 43.163 |
| Despesas financeiras | | |
| Desconto concedido | (72) | (60) |
| Juros Passivos | (137) | (337) |
| Juros Passivos s/ Empréstimos e Financiamentos | (13.668) | (10.760) |
| Comissões | (3.387) | - |
| Multas compensatorias | - | (161) |
| Taxa Adm cartão de crédito | (11.348) | (11.861) |
| Taxa administrativa c/ticket | (5.538) | (5.901) |
| Transportes de valores | (1.349) | (2.152) |
| Outras despesas | (2.972) | (3.549) |
| | (38.471) | (34.781) |
| Resultado financeiro líquido | 7.151 | 8.382 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

32.1 Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia e sua Controlada é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas envolvidas para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no monitoramento constante das taxas contratadas versus com as vigentes no mercado, cujo objetivo final é a preservação das margens obtidas com a política definida em conjunto com as áreas operacionais envolvidas.

32.1.1 Risco de Mercado

a) Risco da Taxa de Juros

O risco de taxa de juros da Companhia está associado às taxas do CDI e ao IPCA que são os indicadores dos principais financiamentos (Debêntures)

b) Gerenciamento de Risco da Taxa de Juros

A Companhia e sua investida consolidada, atualmente, não utilizam quaisquer instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição ao risco decorrente das flutuações das taxas de juros.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de Controlada estão restritos a:

- Caixa e equivalentes de caixa - (nota explicativa nº 6);
- Cartões a receber de clientes - (nota explicativa nº 7);
- Fornecedores - (nota explicativa nº 18);
- Empréstimos e financiamentos - (nota explicativa nº 17); e
- Operações com debêntures – (nota explicativa nº 24).

Quando ocorrer ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o regime de competência.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado.

c) Nova Classificação

Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros, uma vez que a NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

Com relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (NBC TG 39 / IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito àqueles designados ao valor justo. A Companhia e sua Controlada não possui nenhum passivo financeiro a valor justo e por isso, não houve impacto.

33. PARTES RELACIONADAS

As transações entre a Companhia e suas partes relacionadas são realizadas com base em condições negociadas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas:

| | 2019 | |
|-----------------|------------------|-----------------------|
| | Contas a receber | Despesas com Aluguéis |
| Fundo JDCAM FII | 47.000 | 40.258 |

| | 2018 | |
|-----------------|------------------|-----------------------|
| | Contas a receber | Despesas com Aluguéis |
| Fundo JDCAM FII | 45.533 | 39.732 |

As transações com partes relacionadas decorrem-se de:

- (i) Contas a receber de imóveis (lojas) vendidos; e
- (ii) Despesas com aluguéis de imóveis (lojas).

34. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

34.1 Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estatuto da companhia. Para o exercício de 2019 os dividendos foram calculados como segue:

| | |
|--|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 20.512 |
| (-) Menos: Reserva legal (5%) | (1.026) |
| Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios: | <u>19.486</u> |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25%) | <u>4.872</u> |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

A Administração da Companhia opta pela utilização dos benefícios fiscais relacionados com o pagamento de juros sobre o capital próprio. Assim sendo, além dos dividendos mínimos obrigatórios, a Administração conforme estatuto distribui o total de R\$30.000 mil de dividendos, bem como os juros sobre o capital próprio no valor de R\$12.650 mil a título de dividendos adicionais.

34.2 Juros sobre o capital próprio

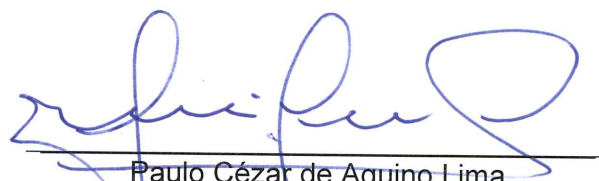
De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$12.650 mil (R\$13.015 mil em 2018). O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$4.301 mil (R\$4.425 em 2018), aproximadamente, em decorrência da dedução dos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

COVID-19

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, emitiu o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020, no qual destaca a importância de as Companhias abertas (aplicável aos Fundos de Investimento) considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis.


Paulo Roberto Lopes
Diretor Administrativo Financeiro


Paulo César de Aquino Lima
Contador
CRC-MG 074.557/O



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300111041

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: SUPERMERCADO BAHAMAS S/A
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGE2000581897

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

| Nº DE VIAS | CÓDIGO DO ATO | CÓDIGO DO EVENTO | QTDE | DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO |
|------------|---------------|------------------|------|-----------------------------------|
| 1 | 006 | | | ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

JUIZ DE FORA
Local

24 Julho 2020
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem À decisão

_____/_____/_____
Data

NÃO ____/____/_____
Data

Responsável

NÃO ____/____/_____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
 Processo deferido. Publique-se e archive-se.
 Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
 Processo deferido. Publique-se e archive-se.
 Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7935628 em 27/07/2020 da Empresa SUPERMERCADO BAHAMAS S/A, Nire 31300111041 e protocolo 204410053 - 24/07/2020. Autenticação: A7507EFBE9266DDCBE91EBF1EE54416AF967876A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/441.005-3 e o código de segurança Kdoy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

| Identificação do Processo | | |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 20/441.005-3 | MGE2000581897 | 24/07/2020 |

| Identificação do(s) Assinante(s) | |
|----------------------------------|---------------------|
| CPF | Nome |
| 514.807.946-00 | JOVINO CAMPOS REIS |
| 283.509.876-34 | PAULO ROBERTO LOPES |

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

I – HORA E LOCAL: Em 18 de Maio de 2020, às 10:00 horas, na sede social do Supermercado Bahamas S.A. (“Companhia”), localizada na à Rodovia BR 040, KM 780, Trevo de Caxambu, Distrito Industrial, Juiz de Fora/ MG, CEP 36092-005.

II – CONVOCAÇÃO E PRESENCAS: Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76 diante da presença dos acionistas da Companhia detentores da totalidade das ações.

III – MESA: Foram chamados para conduzir a presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o Sr. Jovino Campos Reis, como Presidente da Mesa, e Sr. Paulo Roberto Lopes, como Secretário dos trabalhos.

IV – ORDEM DO DIA:

A - Em pauta ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social de 2019; (ii) Analisar a proposta da Administração sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos; (iii) Ratificar a eleição dos membros da Diretoria e a definição de sua remuneração; e, (iv) Conselho Fiscal.

V – DELIBERAÇÕES: Após análise das matérias constantes na Ordem do Dia, Os Acionistas deliberaram e acordam por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições:

A - Em pauta ordinária: (i) A aprovação das Contas e Relatório dos Administradores e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, dispensada a leitura dos documentos relacionados, uma vez que são do inteiro conhecimento e concordância de todos os acionistas. A referida documentação foi devidamente publicada nas edições do Diário Oficial do Estado de Minas Gerais do dia 15 de maio de 2020 (sexta-feira), Caderno 2, páginas 2 e 3; Jornal Valor Econômico de 15 de maio de 2020 (sexta-feira), página 7; e Jornal Tribuna de Minas da cidade de Juiz de Fora/MG no dia 30 de abril de 2020, página 14 e 15, que seguem na forma do Anexo I; (ii) Aprovada a proposta de destinação do lucro líquido do

Página 1 de 2



SUPERMERCADO BAHAMAS S.A.
CNPJ: 17.745.613/0001-50
NIRE: 31300111041

exercício social de 2019 de R\$20.511.531,33 (vinte milhões, quinhentos e onze mil, quinhentos e trinta e um reais e trinta e três centavos), conforme segue: o valor de R\$1.025.576,56 (um milhão, vinte e cinco mil, quinhentos e setenta e seis e cinquenta e cinquenta e seis centavos) aplicados para constituição da Reserva Legal, conforme artigo 25 do Estatuto Social da Companhia e artigo 193 da Lei 6.404/76; e, a quantia de R\$19.485.954,76 (dezenove milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e seis centavos), destinada à Conta de Reserva de Lucros. Ainda, fica consignado que do montante do saldo da Reserva de Lucros haverá a distribuição de R\$4.871.488,70 (quatro milhões, oitocentos e setenta e um mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta centavos) para o pagamento de dividendos aos acionistas durante o exercício de 2020; **(iii)** Fica ratificada a reeleição e posse da Diretoria da Companhia para o mandato anual de 2019 – 2020 ocorrida na Assembleia Geral Extraordinária de 06 de novembro de 2019, na qual foram eleitos e empossados para os cargos os Srs. Jovino Campos Reis, Diretor Comercial, e Paulo Roberto Lopes, Diretor Administrativo Financeiro. Ainda, fica mantida a remuneração fixada naquela oportunidade, correspondente a verba global e anual em até R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), que compreende também as vantagens ou benefícios de qualquer natureza que eventualmente vierem a ser concedidos; e, **(iv)** Tendo em vista que o Conselho Fiscal da Companhia tem caráter não permanente, conforme Artigo 18 e 19 do Estatuto Social, fica dispensada a instalação do órgão para este exercício e a respectiva eleição de membros para sua composição.

VI – ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, e que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no artigo 130, §2º da Lei 6.404/74 (“Lei S.A.”), a qual foi lida, achada conforme e assinada em livro próprio por todos os acionistas presentes: Srs. Jovino Campos Reis e Paulo Roberto Lopes que assinam digitalmente este documento que confere com o original lavrado em livro próprio.

Juiz de Fora - MG, 18 de Maio de 2020.

Página 2 de 2





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

| Identificação do Processo | | |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 20/441.005-3 | MGE2000581897 | 24/07/2020 |

| Identificação do(s) Assinante(s) | |
|----------------------------------|---------------------|
| CPF | Nome |
| 514.807.946-00 | JOVINO CAMPOS REIS |
| 283.509.876-34 | PAULO ROBERTO LOPES |

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7935628 em 27/07/2020 da Empresa SUPERMERCADO BAHAMAS S/A, Nire 31300111041 e protocolo 204410053 - 24/07/2020. Autenticação: A7507EFBE9266DDCBE91EBF1EE54416AF967876A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/441.005-3 e o código de segurança Kdoy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 5/7



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SUPERMERCADO BAHAMAS S/A, de NIRE 3130011104-1 e protocolado sob o número 20/441.005-3 em 24/07/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7935628, em 27/07/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Zulene figueiredo.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

| Assinante(s) | |
|----------------|---------------------|
| CPF | Nome |
| 514.807.946-00 | JOVINO CAMPOS REIS |
| 283.509.876-34 | PAULO ROBERTO LOPES |

Documento Principal

| Assinante(s) | |
|----------------|---------------------|
| CPF | Nome |
| 514.807.946-00 | JOVINO CAMPOS REIS |
| 283.509.876-34 | PAULO ROBERTO LOPES |

Belo Horizonte, segunda-feira, 27 de julho de 2020



Documento assinado eletronicamente por Zulene figueiredo, Servidor(a) Público(a), em 27/07/2020, às 17:26 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 20/441.005-3.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

| Identificação do(s) Assinante(s) | |
|----------------------------------|--------------------------|
| CPF | Nome |
| 873.638.956-00 | MARINELY DE PAULA BOMFIM |

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte, segunda-feira, 27 de julho de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7935628 em 27/07/2020 da Empresa SUPERMERCADO BAHAMAS S/A, Nire 31300111041 e protocolo 204410053 - 24/07/2020. Autenticação: A7507EFBE9266DDCBE91EBF1EE54416AF967876A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/441.005-3 e o código de segurança Kdyy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL